


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 23 de novembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **João Battaues Neto**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Deives Moura Leite, digitei.

Processo nº: **1012214-65.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **Campfil Distribuidora Automotiva Ltda**  
 Requerido: **Adami e Sobral Comercio e Serviços Pneumaticos Ltda**

**SENTENÇA**

Vistos.

**CAMPFIL DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA**, já qualificada, ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** contra **ADAMI E SOBRAL COMÉRCIO E SERVIÇOS PNEUMÁTICOS LTDA**, também qualificada, aduzindo na inicial, em síntese, que a requerida possui débito na ordem de R\$ 1.071,34. Requer sua condenação.

Inicial instruída com documentos.

Regularmente citada (fls. 32), a requerida deixou transcorrer "in albis" o prazo para resposta, conforme certificado a fls. 33.

Em síntese, o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido merece procedência.

Conheço diretamente do pedido nos termos do artigo 355, II do Código de Processo Civil.

De rigor o reconhecimento dos efeitos da revelia previstos no artigo 344 do Código de Processo Civil, evidenciada a presunção de veracidade dos fatos especificados na inicial através dos documentos que instruem a inicial.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial para o fim de condenar a requerida a pagar à autora a quantia de **R\$ 1.071,34** atualizada monetariamente desde o ajuizamento da ação, acrescida ainda de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação. Arcará a requerida com as custas e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.I.

Araraquara, 23 de novembro de 2018.

**João Battaues Neto**

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)